

RESENHA

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2011-2020): AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020):** avaliação e perspectivas. Goiânia: Ed. UFG; Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 344 p.

Cristiane Machado*

O livro organizado por Luiz Fernandes Dourado tem como objetivo principal debater o Plano Nacional de Educação que teve vigência durante 2001-2010 e examinar o Projeto de Lei (PL n. 8.035/2010) que o Governo federal enviou para apreciação e aprovação do Congresso Nacional como proposta de Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. As análises tecidas pelos autores têm como base o documento resultante da Conferência Nacional de Educação (Conae), realizada em Brasília, DF, de 28 de março a 1º de abril de 2010, e a pesquisa Avaliação do PNE 2001-2008.

São 10 os artigos que estruturam o livro, além da elucidativa apresentação da obra feita por Luiz Fernandes Dourado, na qual o autor ressalta a intenção dos textos do livro em articular “[...] um esforço teórico, avaliativo e propositivo, refletindo sobre a proposta do plano governamental como política de Estado.” (p. 13). Os artigos podem ser agrupados em três segmentos que se complementam. Aqueles que estudam os níveis da educação nacional são dois: *A educação básica e o novo Plano Nacional de Educação* de Alfredo M. Gomes, Arlene Carvalho de Assis Clímaco, Marcos Corrêa da Silva Loureiro e Walderês Nunes Loureiro e *A educação superior no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas*, de João Ferreira de Oliveira. Os

* Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (2003); Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1995); experiência docente no Ensino Fundamental, Médio, Formação de Professores nos níveis Médio e Superior; Professora do Mestrado em Educação da Universidade do Vale do Sapucaí, em Pouso Alegre, MG; Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação Docente, Avaliação e Qualidade da Universidade do Vale do Sapucaí; Av. Pref. Tuany Toledo, 470, 37550-000, Pouso Alegre, MG; cristiane13machado@yahoo.com.br

que se referem às modalidades da educação nacional totalizam quatro: *Educação de jovens e adultos e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas*, de Regina Vinhaes Gracindo; *A Educação a Distância no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas*, de Luiz Fernandes Dourado e Catarina de Almeida Santos; *Educação tecnológica e formação profissional no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas*, de Luciene Lima de Assis Pires e *O Plano Nacional de Educação e a diversidade: dilemas, desafios e perspectivas*, de Nilma Lino Gomes. Por fim, o livro apresenta quatro artigos que examinam relevantes e árduos temas do cenário educacional brasileiro: *Plano Nacional de Educação como política de Estado: antecedentes históricos, avaliação e perspectivas*, de Luiz Fernandes Dourado; *Monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação*, de Carlos Eduardo Moreno Sampaio; *A formação dos profissionais da educação no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas*, de Márcia Angela da Silva Aguiar e *Financiamento e gestão da educação e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas*, de Luiz Fernandes Dourado e Nelson Cardoso Amaral.

Os artigos são construídos em torno da apreciação analítica das metas e estratégias constantes na proposta para o PNE 2011-2020 referentes a cada um dos temas tratados, além das abordagens e ponderações específicas de cada autor(a) e assunto.

O artigo de Luiz Fernandes Dourado, *Plano Nacional de Educação como política de Estado: antecedentes históricos, avaliação e perspectivas*, identifica as políticas educacionais não como políticas de Estado, mas como políticas e ações de governo. Destaca o autor a importância de que o novo plano de educação avance na “[...] construção coletiva e na efetivação de políticas de Estado.” (p. 25).

Em *Monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação*, Carlos Eduardo Moreno Sampaio examina o PNE 2001-2010 enfatizando os esforços na construção de indicadores para monitorar e avaliar o plano. Defende o autor que a avaliação pode ser um importante instrumento de gestão na consolidação e/ou reorientação de políticas, programas e ações.

Ao analisar a educação básica, Alfredo M. Gomes, Arlene Carvalho de Assis Clímaco, Marcos Corrêa da Silva Loureiro e Walderês Nunes Loureiro, em *A educação básica e o novo Plano Nacional de Educação*, salientam a necessidade de ampliar o debate, principalmente, sobre a formação inicial e as condições infraestruturais das escolas de ensino fundamental, o currículo e a identidade do ensino médio e a progressiva extinção do atendimento da educação infantil por meio de parcerias com instituições conveniadas. Concluem que o PNE deve ser uma proposta de “[...] transformação da realidade existente” que, para os autores, é aquela que foi “sistema-

tizada pela CONAE, para a qual foram credenciadas 3.889 participantes” (p. 101), o que garante legitimidade e representatividade para as suas propostas e decisões.

João Ferreira de Oliveira, em *A educação superior no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas*, aponta a continuidade da expansão da educação superior como principal desafio para o PNE, garantindo sua efetiva qualidade por meio da implantação de políticas de democratização de acesso e permanência; do atendimento das especificidades regionais e nacionais de desenvolvimento social, econômico e cultural; da ampliação da oferta de vagas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e do apoio à titulação do corpo docente para a expansão da pesquisa e da pós-graduação.

Em *Educação de jovens e adultos e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas*, Regina Vinhaes Gracindo estuda e apresenta dados sobre o atendimento na educação de jovens e adultos para reafirmar a relevância do estabelecimento de outro patamar para a média de anos de estudos da população brasileira, que deve ser muito superior à atingida até 2010, e, para tanto, os investimentos são imprescindíveis. Adverte, também a autora sobre a necessidade de promover uma educação de jovens e adultos que não esteja pautada somente na escolarização, mas notadamente “[...] nos direitos humanos e no reconhecimento da diversidade, assim como o princípio do direito de aprender, ampliando conhecimentos ao longo da vida.” (p. 152).

O artigo *A Educação a Distância no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas* é analisado por Luiz Fernandes Dourado e Catarina de Almeida Santos. Os autores constataam a expansão dessa modalidade de ensino, principalmente, a partir da última década do século XX, os anos 2000, e ressaltam o caráter privatista e de qualidade duvidosa de sua ampliação. Sinalizam que a proposta do PNE 2011-2020 sobre esse tema deve ser melhorada e contemplar um debate mais ampliado. Concluem que:

Se os homens fazem a história por meio das lutas travadas no dia a dia, as relações sociais não se perpetuam automaticamente, os processos formativos não se dão naturalmente – e a construção coletiva pode afirmar os novos horizontes que reafirmem, sobretudo, os avanços das deliberações discutidas na Conferência Nacional de Educação. (p. 188).

Luciene Lima de Assis Pires no artigo *Educação tecnológica e formação profissional no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas* parte da premissa de que a formação do trabalhador brasileiro deve ser entendida na perspectiva da formação unitária, como definiu Gramsci (1986), o que significa compreendê-la como possibilidade de construção de conhecimentos que vão além de saber “exercer a

profissão” (p. 193). Examinando as metas e estratégias propostas no PNE 2011-2020, a autora depreende que não é a preocupação com a formação humana o epicentro das propostas do PNE, mas as exigências dos setores produtivos, o que resulta em formações que atendem à lógica do capital e engendram “[...] indivíduos tecnicamente capazes de manterem a ordem estabelecida e não de compreenderem as nuances do processo produtivo. Torna-se necessário superar este vínculo imediatista” (p. 214), alerta a autora. Nesse sentido, conclui que as propostas do PNE 2011-2020 devem ir além da expansão de vagas, cursos e instituições e abarcarem uma formação “[...] ampla de continuada do cidadão brasileiro.” (p. 215).

Nilma Lino Gomes indaga se o PNE 2011-2020 avança na garantia do direito à diversidade, especialmente, no que se refere à educação escolar indígena, à educação especial e à educação no campo em relação ao PNE 2001-2010, no seu estudo intitulado *O Plano Nacional de Educação e a diversidade: dilemas, desafios e perspectivas*. Para a autora, a análise das políticas públicas com foco na diversidade precisa ser feita a partir da compreensão da estrutura social da nossa sociedade que é pluriétnica, multirracial e intensamente desigual e das relações que nela estabelecemos. Esse desafio merece ser enfrentado com mais vigor para superarmos a contradição que vivemos. Por um lado, temos “uma apologia à diversidade” e, por outro, “[...] uma prática social estruturada na hierarquização social, no racismo, na desigualdade de renda, na falta de garantia das condições básicas de sobrevivência que incide principalmente sobre uma parcela do povo brasileiro” (p. 246). Por essa razão, defende a autora que o PNE 2011-2020 contemple a diversidade não como modalidade de ensino, mas como tema transversal que deve ser inserido nas metas sobre financiamento, universalização da educação básica, expansão da educação superior, valorização dos profissionais da educação, gestão democrática e desenho do Sistema Nacional de Educação.

O artigo *A formação dos profissionais da educação no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas* é examinado por Márcia Angela da Silva Aguiar, que ressalta as contribuições da Conae 2010 para a formatação do PNE 2011-2020 e esmiúça as metas e estratégias propostas no plano encaminhado à Câmara dos Deputados. Frisa que a maior luta dos setores organizados da sociedade brasileira é em relação à instituição de um Sistema Nacional de Educação que, ao estabelecer uma política coordenada e articulada entre os Entes Federados garanta o atendimento dos desafios enfrentados pelos diversos níveis e sistemas de ensino para fortalecer a democracia e a educação emancipadora no país.

O último artigo do livro, *Financiamento e gestão da educação e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas*, de autoria de Luiz Fernandes Dourado e Nelson Cardoso Amaral, mostra dados da evolução dos investimentos na educação brasileira e analisa os recursos aplicados por pessoa em idade educacional em vários países, ano de 2008, para registrar que é urgente avançar em termos de destinação de recursos para a educação nacional. Os autores externam o reconhecimento da possibilidade de evolução nos investimentos com base na proposta do Governo no PNE 2011-2020 de aplicar 7% do PIB na educação, embora a Conae tenha deliberado por uma aplicação não inferior a 10% do PIB.

Ao finalizar a leitura dos artigos é crível reiterar a frase de Carlos Roberto Jamil Cury que, ao prefaciá-lo, afirma: “Que esta obra ajude a promover a transposição dos limites encontrados e que seja um instrumento para que a população exerça o seu papel de controle democrático dos atos do governo.”

Recebido em 15 de outubro de 2013

Aceito em 07 de janeiro de 2014

